

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
**Atos do Prefeito**

**LEI Nº 2072, de 04 de julho de 2003**

A Câmara Municipal de Niterói decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir no Calendário Cívico do Município de Niterói a "Semana Municipal da Família" a ser comemorada anualmente na semana que contém o dia 19 de março, por ser o dia de São José, o Padroeiro da Sagrada Família.

Art. 2º - VETADO.

Art. 3º - Fica o Poder Legislativo Municipal, deliberado a ceder a infraestrutura necessária para a realização do Seminário, assim como, conceder seu Plenário e Salão Nobre, para a realização dos Seminários da "Semana Municipal da Família".

Parágrafo único - Poderão participar do Seminário todas as instituições, organizações, educadores e psicólogos que visam o bem estar social das famílias e que queiram aperfeiçoar a relação entre pais e filho.

Art. 4º - VETADO.

Art. 5º - VETADO.

Art. 6º - VETADO.

Art. 7º - VETADO.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 04 de julho de 2003

Godofredo Pinto - Prefeito

(Proj. Lei 09/2003 - Aut. Ricardo Clemente das Neves).

**LEI Nº 2073 de 04 de julho de 2003**

A Câmara Municipal de Niterói decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2004 e dá outras providências.

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 130, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Niterói, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2004, compreendendo:

I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as políticas de aplicação financeira para o desenvolvimento municipal;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;

VIII – as disposições finais.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - Em consonância, com o art. 165, § 2º, da Constituição, as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2004 são as especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, que integra esta Lei, e deverá observar os seguintes princípios:

I – ampliar a presença do sistema educacional, com atuação prioritária na expansão dos projetos de educação de 0 a 6 anos e ensino fundamental, de forma a integrar o ensino infantil ao ensino fundamental, manutenção das vagas para toda a população, expandindo de acordo com o estudo de demanda atualizado à rede pública, além da criação de programa de atualização profissional dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Municipal de Educação;

II – ampliar o acesso da população ao conjunto de bens e serviços sociais, conjugando ações de caráter assistencial e de geração de trabalho e renda, priorizando a população de baixa renda;

III – promover o fortalecimento institucional dos Órgãos da Prefeitura, através de modernização tecnológica e administrativa, atualização de cadastros, capacitação e reciclagem de seus servidores e descentralização de ações que impactem positivamente a arrecadação, proporcionando a melhoria no atendimento ao contribuinte e a população em geral;

IV – aperfeiçoar e modernizar o sistema viário e demais atividades de manutenção e conservação da cidade;

V – ampliar o acesso de atendimento da criança e do adolescente, de qualquer nível social, com a criação de (01) Conselho Tutelar Regionalizado, conforme demanda existente;

VI – ampliar o atendimento voltado à criança carente, modernizando ou complementando os Centros de Acolhimentos;

VII - implementar os serviços de fluoretação odontológica no Programa Médico de Família;

VIII – ampliar e fortalecer o atendimento médico ambulatorial e emergencial à população.

**CAPÍTULO III**  
**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não

resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com a indicação de suas metas físicas.

Art. 4º - O orçamento compreenderá as receitas e despesas referentes aos Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, além das dotações pertinentes às Empresas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 5º - Somente será permitida a inclusão, na Lei Orçamentária, de dotações a título de subvenções sociais, conforme estabelece o artigo 16 da Lei nº 4.320/64, ou que atenda ao disposto no art. 213 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais recebam recursos, devendo elaborar processo de prestação de contas.

Art. 6º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades e empresas públicas, para clubes e associações dos servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos venham a ser destinados a creches e instituições para o atendimento pré-escolar, do idoso e dos portadores de deficiência e vítimas de epidemias, projetos ambientais e projeto médico de família.

Art. 7º - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, em conformidade com o art. 167, inciso IV e VII, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00.

Art. 8º - A contratação de operações de crédito será limitada ao atendimento das necessidades relativas:

I – ao serviço da dívida e do seu refinanciamento;

II – aos investimentos prioritários e à execução dos serviços essenciais;

III – ao refinanciamento da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 9º - Além da observância das prioridades e metas elencadas no Anexo desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/00, somente incluirão projetos novos, após adequadamente atendidos os em andamento, cuja execução financeira tenha ultrapassado 35% (trinta e cinco

por cento) até 30 de junho de 2003, e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo Único – Em consonância com o art. 5º, § 5º da Lei Complementar nº 101/00, o investimento que não esteja previsto no Plano Plurianual deverá ser incluído através de Lei específica que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que esteja definida a fonte de recurso disponível, assim como em desacordo com os ditames desta Lei.

Art. 11 – A Lei Orçamentária discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado, destinados à execução descentralizada das ações de saúde, conforme estabelecido no art. 215, da Lei Orgânica do Município.

Art. 12 – O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – texto de lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;

V – discriminação da Legislação básica da receita, referente ao Orçamento;

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os complementos do art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e rubrica;

II – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

IV – da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias e seu desdobramento em fontes, até os quatro anos anteriores ao exercício a que se refere a proposta orçamentária, com colunas distintas para a receita prevista e a efetivamente arrecadada;

V – da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

VI - das despesas e receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total do orçamento;

VII – demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal;

VIII – quadro geral da receita do orçamento, por rubrica e fontes;

IX – descrição sucinta, para cada unidade orçamentária, de suas principais finalidades com respectiva legislação.

§ 2º - A Mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – resumo da política econômica e social do governo;

II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e despesa;

III – memória de cálculo da estimativa da receita;

IV – do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, na forma disposta no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar 101/00.

Art. 13 – As propostas orçamentárias do Poder Legislativo, Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundos Especiais, deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido nesta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal, na Lei Federal 4.320/64, na Lei Complementar 101/00 e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 14 – O Poder Legislativo terá uma dotação global, na Lei Orçamentária, que não poderá ultrapassar o percentual de 6%(seis por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, relativamente ao realizado no exercício anterior, excluídos os inativos.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 15 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2004 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único – O Poder Executivo deverá colocar à disposição os estudos e as estimativas das receitas previstas no art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 16 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

Art. 17 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2004, deverá levar em conta a obtenção de superávit primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 18 – A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2004 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I – realização de receitas não previstas;

II – disposições legais ao nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas;

III – adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa.

Art. 19 – Somente poderão ser incluídas, no projeto de Lei Orçamentária, dotações relativas à operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo.

Art. 20 – A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 21 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente do refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 22 – O Poder Executivo, quando da elaboração de sua Proposta Orçamentária para pessoal e encargos sociais, deverá observar o artigo 71 da Lei Complementar nº 101/00, devendo considerar os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 24 desta Lei, devendo o executivo proceder ao disposto no artigo 169, parágrafo 3º, incisos I e II, da Constituição Federal, no caso de extrapolção dos limites.

Art. 23 – As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2004, observarão os limites previstos no artigo 29A da Constituição Federal e no artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 24 – Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, por concurso público ou a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101/00.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

Art. 25 – A aplicação de recursos oficiais para o desenvolvimento do Município observará as seguintes diretrizes:

I – atendimento às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores e suas cooperativas;

II – atendimento a projetos sociais, infra-estrutura econômica e social, habitação popular, urbanização de favelas e geração de empregos;

III – aproveitamento dos potenciais econômicos setoriais do Município;

IV – atendimento a projetos destinados à defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 26 – A Lei que concede ou amplia incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária, só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 27 – Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária municipal.

§ 1º - A mensagem que acompanha o projeto de Lei de alteração da Legislação Tributária discriminará os recursos adicionais esperados em decorrência da alteração proposta.

§ 2º - Caso as alterações não sejam aprovadas ou o sejam parcialmente, as despesas correspondentes, se aprovadas na Lei Orçamentária, terão sua realização cancelada, em definitivo, pelo Poder Executivo, de acordo com o parágrafo 8º do artigo 166 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO IX**

### **Das Disposições Finais**

Art. 28 – O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 29 – Caso seja necessário a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir as metas fiscais previstas no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/00, será feito no prazo de 30 dias subseqüentes, de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município.

§ 1º - Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará, para análise do Poder Legislativo, acompanhado de memória de cálculo dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que lhe caberá na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Art. 30 – Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada de que trata o artigo 17 da Lei nº 4.320/64 conterà, obrigatoriamente, referência ao Programa de Trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na Lei Orçamentária.

Art. 31 – Para efeito desta Lei, entende-se por despesas irrelevantes, para fins do parágrafo 3º, do artigo nº 16 da Lei Complementar nº 101/00, aquelas cujos valores não ultrapassem os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº 8666/93.

Art. 32 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/00:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 33 – O Poder Executivo deverá elaborar e divulgar, em até 30 dias após a publicação do orçamento anual para 2004, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão ou entidade, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 34 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 35 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares, destinados ao órgão do Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma do disposto no artigo 168, da Constituição Federal.

Art. 36 – Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a coordenação da elaboração dos Orçamentos de que trata a presente Lei.

Art. 37 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Niterói, até 30 de setembro de 2003.

Art. 38 – O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado à sanção, até 15 de dezembro de 2003.

Art. 39 – O Poder Executivo divulgará, por Unidade Orçamentária de cada Órgão, Fundo ou Entidade que integram o orçamento de que trata esta Lei, o quadro de detalhamento de despesa, explicitando, para cada categoria de programação, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

Parágrafo Único - O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais, relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado no Art. 14, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

Art. 40 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Niterói, 04 de Julho de 2003.  
Godofredo Pinto - Prefeito

**ANEXO DE PRIORIDADES E METAS**

**PROGRAMAS E AÇÕES**

<b>PROGRAMA: 0001 – APOIO ADMINISTRATIVO</b>
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA: Prover os órgãos do Município dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.</b>
1.1 AÇÕES DE INFORMÁTICA
1.2 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS
1.3 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES
1.4 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
1.5 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
1.6 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS
1.7 REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS
1.8 IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS
1.9 REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
1.10 OPERACIONALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
1.11 OPERACIONALIZAÇÃO DO CERIMONIAL
1.12 REGULARIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS
1.13 OPERACIONALIZAÇÃO DAS PROCURADORIAS ESPECIALIZADAS
1.14 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS MS / PMN / FMS
1.15 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
1.16 INFORMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI
1.17 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUTRAM
1.18 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE TRANSPORTE
1.19 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1.20 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
1.21 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA TRIBUTÁRIA
1.22 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - BNDS / SMF
1.23 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.24 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1.25 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS
1.26 OPERACIONALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI
1.27 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO
1.28 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
1.29 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
1.30 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
1.31 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE GOVERNO
1.32 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.33 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.34 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
1.35 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1.36 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE



- DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- 1.37 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
- 1.38 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- 1.39 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
- 1.40 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CONTROLE URBANO
- 1.41 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
- 1.42 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- 1.43 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 1.44 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO SAPÊ, BADU E MATAPAÇA
- 1.45 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO BARRETO
- 1.46 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO
- 1.47 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DA ENGENHOCA
- 1.48 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO FONSECA
- 1.49 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE ICARAI
- 1.50 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO INGÁ
- 1.51 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE PENDOTIBA
- 1.52 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DAS PRAIAS OCEÂNICAS
- 1.53 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE SANTA BÁRBARA
- 1.54 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE SANTA ROSA
- 1.55 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE SÃO FRANCISCO
- 1.56 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO RIO DO OURO
- 1.57 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO CARAMUJO E ITITIOCA
- 1.58 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
- 1.59 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO
- 1.60 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
- 1.61 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
- 1.62 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
- 1.63-OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO
- 1.64- OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA URBANA E LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA VINCULADA À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- 1.65- MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO TÉCNICO
- 1.66- ELABORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BASE GEOPROCESSADA DA CARTOGRAFIA OFICIAL DE NITERÓI
- 1.67- INFORMATIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E PARCELAMENTO
- 1.68- ELABORAÇÃO DOS PLANOS URBANÍSTICOS REGIONAIS PENDOTIBA E LESTE
- 1.69 -REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NITERÓI – LEI 1157/92
- 1.70 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE DRENAGENS DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO
- 1.71-ELABORAÇÃO DO MACROZONEAMENTO AMBIENTAL DE NITERÓI
- 1.72-CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL
- 1.73-ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0002 - CANAL LEGISLATIVO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Permitir maior alcance das ações legislativas através de informações transmitidas via TV a cabo.			
2.1 INSTALAÇÃO DO CANAL LEGISLATIVO	CANAL INSTALADO	PERCENTUAL	100%
PROGRAMA: 0004 - TRABALHO LEGISLATIVO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgar os trabalhos legislativos visando dar aos munícipes informações gerais e transparência da atuação dos vereadores.			

4.1 DIVULGAÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO	TRABALHO DIVULGADO	PERCENTUAL	100%
--	--------------------	------------	------

ÓRGÃO: 10.00 SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0009 – DIVULGAÇÃO OFICIAL			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a publicidade de atos oficiais.			
9.1 DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DE INTERESSE PÚBLICO	PUBLICAÇÃO VEICULADA	PERCENTUAL	100%

ÓRGÃO: 10.51 EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0039 - SANEAMENTO URBANO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Proporcionar ao Município melhores condições de vida em seus elementos mais significantes: urbanismo, saúde e educação.			

39.1 VIDA NOVA NO MORRO	MORRO ATENDIDO	UNIDADE	62
39.2 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS	PRAÇA URBANIZADA	UNIDADE	44
39.3 CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMA DE CRECHES E ESCOLAS	CRECHE/ESCOLA CONSTRUÍDA E REFORMADA	UNIDADE	62
39.4 MÉDICO DE FAMÍLIA	POSTO DE ATENDIMENTO CONSTRUÍDO	UNIDADE	04
39.5 CONSTRUÇÃO DE TÚNEL E VIA EXPRESSA	TÚNEL CONSTRUÍDO	UNIDADE	02
39.6 OPERACIONALIZAÇÃO DO CAMINHO NIEMEYER	TEATRO/FUNDAÇÃO/MEMORIAL /CAPELA EDIFICADOS	PERCENTUAL	30%
39.7 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E LOGRADOUROS	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	48
39.8 MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	3.774
39.9 PROJETO MUSEU BR DE CINEMA E COMPLEXO DE SALÃO ESPAÇO BR	MUSEU/COMPLEXO CONSTRUÍDOS	PERCENTUAL	10%
39.10 RECUPERAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO LÁZARO	CEMITÉRIO RECUPERADO	UNIDADE	01
39.11 EXECUÇÃO DE ESTUDOS PARA ECONOMIA DE ENERGIA EM PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	ESTUDO EXECUTADO	PERCENTUAL	100%
39.12 MODERNIZAÇÃO DA DIVISÃO INDUSTRIAL	DIVISÃO INDUSTRIAL MODERNIZADA	UNIDADE	01
39.13 PROJETO DE USINA DE ASFALTO A QUENTE (CBUQ)	USINA ATIVADA	UNIDADE	01
39.14 RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LÉVES, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS	FROTA RENOVADE	UNIDADE	80
39.15 CONSTRUÇÃO DE VIA SUBTERRÂNEA (MERGULHÃO)	VIA SUBTERRÂNEA CONSTRUÍDA	UNIDADE	01
39.16- RECUPERAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL DE ITAIPU			
PROGRAMA: 0024 - TRANSITO LIVRE			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Modernizar e dinamizar o trânsito de veículos e reduzir os acidentes.			
24.1 CAMPANHA EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	03
24.2 MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	100%
24.3 CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE SINALIZAÇÃO VOLTADO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	PROGRAMA DE SINALIZAÇÃO CRIADO	UNIDADE	01
24.4 SINALIZAÇÃO DO CIRCUITO E PRÁTICA DE CICLISMO EM SÃO FRANCISCO E CHARITAS	SINALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	01

ÓRGÃO: 10.52 NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0011 – LAZER COMUNITÁRIO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgar, incentivar e incrementar os eventos de turismo e lazer da cidade e promover e projetar o nome da cidade.			
11.1 EVENTOS TURÍSTICOS	EVENTO		
	REALIZADO	UNIDADE	44
11.2 EVENTOS RELIGIOSOS	EVENTO		
	REALIZADO	UNIDADE	33
11.3 FESTAS JUNINAS	EVENTO		
	REALIZADO	UNIDADE	51
11.4 ANIVERSÁRIO DA CIDADE – SEMANA DE NITERÓI	EVENTO		
	REALIZADO	UNIDADE	15
PROGRAMA: 0014 – TURISMO EM NITERÓI			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgação dos pontos turísticos de Niterói e atrair investimentos para a cidade.			
14.1 CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	CENTRO INSTALADO	UNIDADE	05
14.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	06
ÓRGÃO: 10.82 INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0003 – ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgar, incentivar e incrementar os eventos de turismo e lazer da cidade e promover e projetar o nome da cidade.			
3.1 ENCARGOS COM PENSÕES	PENSIONISTA		
	BENEFICIADO	UNIDADE	2.239
3.2 ENCARGOS COM APOSENTADOS	APOSENTADO		
	BENEFICIADO	UNIDADE	819
ÓRGÃO: 13.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0015 – PLENÁRIAS PARTICIPATIVAS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Realizar através das Secretarias Regionais, plenárias participativas e prestação de contas junto a população.			
15.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	PLENÁRIA OFERTADA POR REGIÃO E TEMAS	UNIDADE	06
PROGRAMA: 0016 – PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover através das Secretarias Municipais, encaminhamentos das prioridades definidas, para sua realização, através de um cronograma prévio, e acompanhamento para prestação de contas em plenárias específicas.			
16.1 PARTICIPAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL ENVOLVIDA	UNIDADE	10
PROGRAMA: 0017 – DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Organizar junto com a sociedade civil e órgãos de pesquisa, palestras, cursos, seminários e etc., voltados para os diversos agentes sociais, que participam na elaboração, acompanhamento e realização, com a finalidade de capacitar, disseminar, divulgar e fiscalizar o Orçamento Participativo.			
17.1 CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS COM A FINALIDADE DE DIVULGAR E FISCALIZAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS QUANTIDADE DE CATEGORIAS PRESENTES QUANTIDADE DE PALESTRAS, CURSOS, SEMINÁRIOS E OUTROS	UNIDADE	5.000
		UNIDADE	10
		UNIDADE	80
ÓRGÃO: 15.00 SECRETARIA DE GOVERNO			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0009 – DIVULGAÇÃO OFICIAL			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a publicidade de atos oficiais.			
9.1 DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	PUBLICAÇÃO VEICULADA	PERCENTUAL	100%

ÓRGÃO: 16.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO, CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0018 – CIDADANIA EM AÇÃO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar os direitos de crianças e adolescentes através de ações de prevenção e proteção, junto à família e comunidades.			
18.1 ATENÇÃO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E FAMÍLIAS	CRIANÇA/ADOLESCENTE/FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	2.700
18.2 ATENÇÃO A MULHER	MULHER ATENDIDA	UNIDADE	1.000
18.3 ATENÇÃO A PESSOA IDOSA	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	20
18.4 ATENÇÃO VOLTADA À POPULAÇÃO EM EXTENSAO EXCLUSÃO	POPULAÇÃO ATENDIDA	UNIDADE	200
18.5 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	AÇÃO REALIZADA	UNIDADE	32.000
18.6 CIDADANIA E NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO DE DIREITOS	AÇÃO REALIZADA	UNIDADE	IND.
18.7 GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	TRABALHO/EMPREGO/REDA GERADO	UNIDADE	5.000
18.8 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	IND.
18.9 OCUPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES CARENTES	COMUNIDADE OCUPADA	UNIDADE	IND.
18.10- DESENVOLVER ESTUDOS E AÇÕES VISANDO O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA À CRIANÇA E O ADOLESCENTE			

ÓRGÃO: 18.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0006 – INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Democratizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, e incentivar a cultura digital na cidade de Niterói.			
6.1 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES "AGÊNCIA CIDADÃO"	QUIOSQUE CONSTRUÍDO	UNIDADE	01
6.2 BIBLIOTECAS DIGITAIS DA CIDADANIA	BIBLIOTECA CRIADA	UNIDADE	01
6.3 CALL CENTER	CALL CENTER CRIADO	UNIDADE	IND.
6.4 EVENTOS, ENCONTROS E SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	EVENO/ENCOTRO/SEMINÁRIO REALIZADO	UNIDADE	01
6.5 PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS, LIVROS TÉCNICOS E PERIÓDICOS	PESQUISA/LIVRO TÉCNICO/PERIÓDICO PLUBLICADO	UNIDADE	IND.
PROGRAMA: 0019 – PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Incrementar a promoção do comércio, numa perspectiva de aumentar o desenvolvimento econômico.			
19.1 PROJETO PÓLO PESQUEIRO	COLÔNIA DE PESCA E ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES ARTESANAIS PROFISSIONAIS	UNIDADE	IND.
19.2 REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE	ÁREA REVITALIZADA	PERCENTUAL	IND.
19.3 INDÚSTRIA SEM CHAMINÉ	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	IND.
PROGRAMA: 0020 – PÓLO DE PESQUISA E CRIAÇÃO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Fortalecer a estrutura produtiva do setor da moda em Niterói, criando novas oportunidades de negócios.			
20.1 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E CRIAÇÃO DO SETOR DE MODA	CENTRO DE PESQUISA E CRIAÇÃO CONSTRUÍDO	UNIDADE	IND.
20.2 CAPACITAÇÃO DE	PESSOA		

RECURSOS HUMANOS PARA O SETOR DA MODA	CAPACITADA	UNIDADE	IND.
<b>PROGRAMA: 0021 – GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA: Ampliar as oportunidades de trabalho e renda para a população de Niterói.</b>			
21.1 PROGRAMA DE MONTAGEM E AMPLIAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS	POSTO DE TRABALHO CRIADO	UNIDADE	IND.
<b>ÓRGÃO: 19.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA</b>			
<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b><u>Produto</u></b>	<b><u>Unidade de Medida</u></b>	<b><u>Meta</u></b>
<b>PROGRAMA: 0022 - POSTURAS MUNICIPAIS</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA: Coordenar as ações relativas a fiscalização das posturas municipais referentes ao uso das vias e logradouros públicos.</b>			
22.1 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE RÁDIO	SISTEMA DE RÁDIO IMPLANTADO	UNIDADE	01
22.2 IMPLANTAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	FROTA DE VEÍCULOS IMPLANTADA	UNIDADE	10
22.3 APARELHAMENTO DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE	DIRETORIA APARELHADA	PERCENTUAL	100%
22.4 IMPLANTAÇÃO DE DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENHIDAS	DEPÓSITO IMPLANTADO	UNIDADE	01
<b>PROGRAMA: 0023 - GUARDA COMUNITÁRIA</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA: Planejar e coordenar as ações de segurança no Município no que tange ao bem estar dos cidadãos.</b>			
23.1 PROJETO POSTOS COMUNITÁRIOS PRAIANOS	POSTO IMPLANTADO	UNIDADE	03
23.2 PROJETO POSTOS AVANÇADOS	POSTO IMPLANTADO	UNIDADE	05
23.3 IMPLANTAÇÃO DE DEPÓSITO PÚBLICO MUNICIPAL	DEPÓSITO IMPLANTADO	UNIDADE	01
23.4 PROJETO "AÇÕES ESPECÍFICAS"	GUARDA IMPLANTADA	UNIDADE	01
23.5 PROJETO PATRULHAMENTO NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.6 PROJETO PATRULHAMENTO NA ORLA MARÍTIMA	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.7 PROJETO PATRULHAMENTO NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.8 PROJETO PATRULHAMENTO NAS FEIRAS LIVRES	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.9 PROJETO PATRULHAMENTO RONDA ESCOLAR	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.10 PROJETO PATRULHAMENTO DE APOIO À TERCEIRA IDADE	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.11 PROJETO PATRULHAMENTO NOS BAIRROS POPULARES	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.12 PROJETO PATRULHAMENTO AMBIENTAL	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.13 PROJETO INTEGRAÇÃO GUARDA - COMUNIDADE	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.14 PROJETO APARELHAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL	INSTALAÇÕES/EQUIPAMENTOS/ UNIFORMES	PERCENTUAL	100%
23.15 PROJETO CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	CURSO CAPACITAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO/ EXTENSÃO	UNIDADE	01
23.16 PROJETO SISTEMA ELETRÔNICO DE VIGILÂNCIA	PATRULHAMENTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
<b>ÓRGÃO: 20.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b><u>Produto</u></b>	<b><u>Unidade de Medida</u></b>	<b><u>Meta</u></b>
<b>PROGRAMA: 0025 – EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar o atendimento as crianças e alunos em creches, pré-escolas e escolas da rede municipal de ensino.</b>			

25.1 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DEFICIÊNCIAS	DEFICIÊNCIA DETECTADA	PERCENTUAL	100%
25.2 PROJETO HIGIENE BUCAL	ALUNO ATENDIDO	PERCENTUAL	100%
25.3 BOLSA ESCOLA	ALUNO BENEFICIADO	PERCENTUAL	100%
25.4 RECREAÇÃO, OFICINAS E EVENTOS COMUNITÁRIOS	ALUNO BENEFICIADO	PERCENTUAL	100%
25.5 DEMOCRATIZANDO A TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA	ALUNO BENEFICIADO	PERCENTUAL	100%
<b>PROGRAMA: 0027 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA:</b> Alfabetizar os jovens e adultos do Município que não tiveram acesso à escola, e dar condições necessárias à suplementação de seus estudos.			
27.1 MOVIMENTO POPULAR DE ALFABETIZAÇÃO E DE ENSINO SUPLETIVO	JOVEM/ADULTO ALFABETIZADO	PERCENTUAL	100%
<b>ÓRGÃO: 20.43 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta</b>
<b>PROGRAMA: 0029 – EDUCAÇÃO INFANTIL</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA:</b> Assegurar o atendimento as crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, em tempo integral, possibilitando à família e à criança a garantia plena da cidadania.			
29.1 IMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA NA CRECHE	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	5.521
29.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	IND.
<b>PROGRAMA: 0030 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E ESPECIAL</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA:</b> Proporcionar educação para crianças, jovens, adultos e portadores de necessidades educativas especiais.			
30.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	16.820
30.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO JOVEM E ADULTO	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	1.200
30.3 APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR	UNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	79
30.4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - PNEE	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	1.200
30.5 IMPLEMENTAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF	ALUNO/PROFESSOR BENEFICIADO	UNIDADE	23.900
30.6 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	967
30.7 APOIO A PROJETOS E EVENTOS ESPECIAIS: ESPORTIVOS, CULTURAIS, DE LAZER, MEIO AMBIENTE E DE SAÚDE ESCOLAR, COM DESTAQUE PARA “FÉRIAS NOTA 10”	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	IND.
30.8 PROMOVER A CHAMADA ESCOLAR, ANUAL, DOS EDUCANDOS, E ZELAR JUNTO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS, PELA FREQUÊNCIA À ESCOLA, DIMINUINDO O ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR – “EVASÃO ZERO” EM ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL VIGENTE	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	IND.
<b>PROGRAMA: 0031 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>			
<b>OBJETIVO DO PROGRAMA:</b> Promover assistência alimentar ao educando, visando o seu desenvolvimento físico e mental.			
31.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA/ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	23.909
31.2 IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)	CONSELHO IMPLEMENTADO	UNIDADE	IND.
31.3 DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS OU COMPLETAÇÃO ALIMENTAR	REFEIÇÃO DISTRIBUÍDA	UNIDADE	IND.

PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL MATRICULADAS EM INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

**PROGRAMA: 0032 – EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA ESCOLAR**  
**OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover a expansão do atendimento escolar e melhoria das condições físicas e materiais da rede escolar.**

32.1 CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA/AMPLIADA	UNIDADE	01
32.2 CONSTRUÇÃO/MELHORIA DE QUADRA DE ESPORTE ESCOLAR	QUADRA CONSTRUÍDA/MELHORADA	UNIDADE	02
32.3 CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA/AMPLIADA	UNIDADE	03
32.4 ADAPTAÇÃO DAS ESCOLAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	UNIDADE ESCOLAR ADAPTADA	UNIDADE	IND.
32.5 CONsertos/REPAROS/REFORMAS (GRANDE PORTE) NA REDE FÍSICA ESCOLAR	UNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	IND.
32.6 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA EM REDE INTERNET E INTRANET E A ADOÇÃO DE NOVOS SISTEMAS E SEDIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	IND.

**ÓRGÃO: 22.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CONTROLE**

PROGRAMAS E AÇÕES	URBANO <u>Produto</u>	Unidade de Medida	<u>Meta</u>
-------------------	--------------------------	-------------------	-------------

**PROGRAMA: 0036 – DIAGNOSTICO ACUSTICO**  
**OBJETIVO DO PROGRAMA: Determinar os reais índices de ruídos de fundo existentes no Município.**

36.1 REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS DOS NÍVEIS SONOROS DE FUNDO EM TODO O MUNICÍPIO	LEVANTAMENTO REALIZADO	PERCENTUAL	IND.
36.2 MONITORAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO SONORA	RELÓGIO ACÚSTICO INSTALADO	UNIDADE	IND.
36.3 CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	IND.

**PROGRAMA: 0046 – Habitação para Todos**  
**OBJETIVO DO PROGRAMA: Prover o Município de ações que possibilitem o atendimento a questão habitabilidade de Baixa Renda**

46.1 AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA PROGRAMAS HABITACIONAIS	TERRENOS ADQUIRIDOS	M2	IND.
46.2 EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM ÁREAS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA	OBRAS EXECUTADAS	MORADIA	IND.
46.3 PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	COMUNIDADE REGULARIZADA	COMUNIDADE	IND.

**ÓRGÃO: 25.42 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PROGRAMAS E AÇÕES	<u>Produto</u>	Unidade de Medida	<u>Meta</u>
-------------------	----------------	-------------------	-------------

**PROGRAMA: 0038 – ASSISTÊNCIA MÉDICA**  
**OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover o acesso eqüitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no SUS.**

38.1 AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA	MÓDULO CONSTRUÍDO	UNIDADE	04
38.2 PRONTO SOCORRO DA REGIÃO OCEÂNICA	UNIDADE CONSTRUÍDA	UNIDADE	01
38.3 CONSTRUÇÃO DE MATERNIDADE MUNICIPAL	UNIDADE CONSTRUÍDA	UNIDADE	01
38.4 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA IMPLEMENTADO	UNIDADE	01
38.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	117.000
38.6 OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO	CEMITÉRIO MANTIDO	UNIDADE	03

38.7 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VIGILÂNCIA SANITÁRIA IMPLEMENTADA	UNIDADE	1.500
38.8 OPERACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AO SERVIDOR	INTERNAÇÃO/CONSULTA REALIZADA	UNIDADE	200
38.9 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA CAPACITADA	PERCENTUAL	100%
38.10 IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS,CARGOS E SALÁRIOS	SERVIDOR ATENDIDO	PERCENTUAL	100%
38.11 IMPLANTAÇÃO DA CAMPANHA DO COMBATE ÀS DROGRAS E ESCLARECIMENTOS SOBRE DST	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	01
38.12 IMPLANTAÇÃO DE CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DE REMÉDIOS GENÉRICOS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	01
38.13 IMPLANTAR OS CONSELHOS GESTORES DAS UNIDADES DE SAÚDE	CONSELHO IMPLANTADO	UNIDADE	01
38.14- DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			

ÓRGÃO: 26.00 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0007 – DEFESA CONTRA SINISTROS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Atender a população contra sinistros ocorridos; evitar ou sanar qualquer situação adversa ou anormal previsível.			
7.1 COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL, INTEGRADA AS DEMAIS INSTÂNCIAS E SETORES GOVERNAMENTAIS	ATENDIMENTO REALIZADO	PERCENTUAL	30%
7.2 CONSTRUÇÃO DE MUROS DE ARRIMO	MURO CONSTRUÍDO	UNIDADE	50
7.3 IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE DEFESA CIVIL	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	15
PROGRAMA: 0008 – CIDADE LIMPA			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Atender as emergências e a manutenção da rede de drenagem pluvial de rios e canais, bem como levantamento da situação das instalações e equipamentos públicos.			
8.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIAIS	SERVIÇO REALIZADO	PERCENTUAL	100%

ÓRGÃO: 26.81 NITERÓI TERMINAIS RODOVIÁRIOS			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0045 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Proporcionar aos usuários condições de uso do terminal e as empresas de ônibus condições de tráfego.			
45.1 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	USUÁRIOS ATENDIDOS ÔNIBUS	UNIDADE	820.000
	ATENDIDOS	UNIDADE	15.000
45.2 REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO	TERMINAL REFORMADO	UNIDADE	01

ÓRGÃO: 41.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0026 – CULTURA PARA TODOS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgar a dança, a música, o teatro e outras formas de manifestação artística e literária, suas novas tendências, e estimular a apreciação e participação.			
26.1 ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL ENTRE CIDADES E ESTADOS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	01
26.2 PRODUÇÕES CULTURAIS NOS BAIRROS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	24
26.3 CURSO DE INTRODUÇÃO À CULTURA	CIDADÃO ATENDIDO	UNIDADE	700
26.4 CONCURSOS DE CONTOS	CIDADÃO ATENDIDO	UNIDADE	148
26.5- RESGATE DA TRADIÇÃO, CULTURA E MANIFESTAÇÃO FOLCLÓRICA E RELIGIOSA POPULAR, REGIONAIS			



PROGRAMA: 0028 – PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E CULTURAL			
OBJETIVO DO PROGRAMA:			
28.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIA CULTURAL	PATRIMÔNIO PRESERVADO	UNIDADE	IND.

ÓRGÃO: 41.41 FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0026 – CULTURA PARA TODOS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgar a dança, a música, o teatro e outras formas de manifestação artística e literária, suas novas tendências, e estimular a apreciação e participação.			
26.1 PRODUÇÕES DA COMPANHIA DE BALLET	APRESENTAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	04
26.2 PRODUÇÕES DO TEATRO MUNICIPAL	ESPETÁCULO REALIZADO	UNIDADE	162
26.3 SALA CARLOS COUTO	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	IND.
26.4 PRODUÇÕES DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	13
26.5 PRODUÇÕES DO SOLAR DO JAMBEIRO	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	26
26.6 CENTRO CULTURAL PASCHOAL CARLOS MAGNO	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	IND.
26.7 EVENTOS CULTURAIS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	795
26.8 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO LONÁ CULTURAL	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	IND.

ÓRGÃO: 42.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0033 – SANEAMENTO AMBIENTAL BASICO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Prover saneamento ambiental básico para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos que ofereçam riscos iminentes.			
33.1 CAMPANHA EDUCATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	IND.
PROGRAMA: 0034 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais.			
34.1 PROMOÇÃO DE EVENTOS PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	IND.
PROGRAMA: 0035 – REFLORESTAMENTO NAS ENCOSTAS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Recuperar áreas degradadas com vistas à sua reincorporação ao processo produtivo.			
35.1 IMPLANTAÇÃO DO REFLORESTAMENTO, MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ÁREAS DEGRADADAS	ÁREA DEGRADADA REFLORESTADA	UNIDADE	IND.

ÓRGÃO: 42.61 COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0008 - CIDADE LIMPA			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Executar a limpeza em áreas e vias públicas.			
8.1 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA EM ÁREAS E VIAS PÚBLICAS	ÁREA/VIA PÚBLICA LIMPA	H	118.800
8.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES	UNIDADE ESCOLAR ATENDIDA	PERCENTUAL	100%
PROGRAMA: 0040 - LIMPEZA PÚBLICA			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Reciclar os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos em matéria-prima reaproveitável.			
40.1 PROJETO TRANSFORMANDO O LIXO	LIXO RECICLADO	TONELADA	1.200
40.2 AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA – PEV	RECIPIENTE ADQUIRIDO	UNIDADE	10
PROGRAMA: 0041 – COMUNIDADE EM AÇÃO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Incentivar a limpeza nas comunidades carentes.			
41.1 GARI COMUNITÁRIO	COMUNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	576
41.2 SÁBADO É DIA DE FAXINA	COMUNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	72
41.3 OFICINA DE JARDINAGEM	JOVEM		

41.4 REAPROVEITANDO O LIXO	ATENDIDO JOVEM	UNIDADE	360
	ATENDIDO	UNIDADE	360
PROGRAMA: 0042 – COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Remoção regular de resíduos sólidos hospitalares e domiciliares.			
42.1 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES	RESÍDUO ORGÂNICO E INORGÂNICO COLETADO	TONELADA	171.990
42.2 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES	RESÍDUO SÓLIDO HOSPITALAR COLETADO	TONELADA	139.150
PROGRAMA: 0043 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Acabar com a proliferação do mosquito “Aedes Aegypti”, através de visitas a residências, prédios comerciais e industriais.			
43.1 JOGUE A DENGUE NO LIXO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	TONELADA	7.300
PROGRAMA: 0044 – SAÚDE AMBIENTAL			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Urbanizar a área utilizada como aterro no Morro do Céu.			
44.1 REURBANIZAÇÃO E REFLORESTAMENTO DA ÁREA DEGRADADA DO ATERRO NO MORRO DO CÉU	POPULAÇÃO BENEFICIADA	M²	30.000
44.2 IMPLANTAÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA PARA A POPULAÇÃO SOBRE SEPARAÇÃO /REDUÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS SÓLIDOS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	06
44.3 IMPLANTAÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA PARA AS ESCOLAS SOBRE A RECICLAGEM DE RESÍDUOS	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	65
44.4 CAPACITAÇÃO DE PESSOAL PARA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS E AUDITORES EM RESÍDUOS SÓLIDOS	FUNCIONÁRIO CAPACITADO	UNIDADE	10
44.5 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MEDICINA DO TRABALHO	FUNCIONÁRIO CAPACITADO	UNIDADE	25
44.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	240
ÓRGÃO: 43.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES			
PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 0012 - ESPORTE SOLIDÁRIO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Diminuir a exclusão social dos jovens carentes pela prática esportiva.			
12.1 EVENTOS ESPORTIVOS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	15
12.2 PROJETO NOMES	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	10
12.3 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA E CRIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA NO FOMENTO DE ESPORTES PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	PROGRAMA DESENVOLVIDO	UNIDADE	IND.
12.4 IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS EM COMUNIDADES CARENTES	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	03
12.5 PROMOÇÃO DE JOGOS ESCOLARES	ESCOLA ENVOLVIDA	UNIDADE	80
PROGRAMA: 0013 – CO-PATROCÍNIO			
OBJETIVO DO PROGRAMA: Divulgar a imagem do Município associada ao nome de atletas reconhecidos mundialmente.			
13.1 CO-PATROCÍNIO EM ESPORTES	PATROCÍNIO REALIZADO	UNIDADE	22

Anexo de Metas Fiscais							
Quadro I - Metas e Resultados -Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º, § 2º, Inciso I da LC 101/00)							
Valores Nominais em R\$ 1,00							
Discriminação	Exercício 2001			Exercício 2002			Exercício 2003
	Lei	Realizado	%	Lei	Realizado	%	Lei
Receita Total	344.855.380	367.120.319	106,46%	344.486.600	404.261.960	117,35%	403.500.000
Despesa Total	344.855.380	366.312.748	106,22%	344.486.600	397.392.613	115,36%	403.500.000
Resultado Primário	0	8.524.225	0,00	0	12.058.727	0,00	4.632.400
Dívida Consolidada	0	82.662.900	0,00	0	78.426.689	0,00	76.831.676
Resultado Nominal	0	93.728.710	0,00	0	-24.055.729	0,00	-3.467.915

Anexo de Metas Fiscais							
Quadro II - Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00)							
Valores Nominais em R\$ 1,00							
Discriminação	Exercício 2000	Exercício 2001	Exercício 2002	Exercício 2003	Exercício 2004	Exercício 2005	Exercício 2006
Receita Total (estimada no orçamento)		344.855.380	344.486.600	403.500.000	431.220.000	461.405.400	484.475.670
Despesa Total (fixada no orçamento)		344.855.380	344.486.600	403.500.000	431.220.000	461.405.400	484.475.670
Receita Total (realizada)		367.120.319	404.261.960				
(-) Aplicações Financeiras		1.244.346	3.286.774	1.719.000	1.839.330	1.968.083	2.066.487
(-) Operações de Crédito		0	1.274.980	996.000	1.065.720	1.140.320	1.197.336
(-) Amortização de Empréstimo		15.400	4.208	3.600	3.852	4.122	4.328
(-) Receitas de Privatização	0	0	0	0	0	0	0
= Receita Fiscal (I)		365.860.573	399.695.998	400.781.400	428.311.098	458.292.875	481.207.519
Despesa Total (realizada)		366.312.748	397.392.613				
(-) Amortização da Dívida		3.490.000	4.830.152	3.051.000	5.187.583	5.550.714	5.828.250
(-) Juros e encargos da Dívida		5.486.400	4.925.190	4.300.000	5.289.654	5.659.930	5.942.926
(-)Concessão de Empréstimos		0	0	0	0	0	0
(-) Títulos de capital já integralizados		0	0	0	0	0	0
= Despesa Fiscal (II)		357.336.348	387.637.271	396.149.000	420.742.763	450.194.756	472.704.494
Resultado Primário ( I - II )		8.524.225	12.058.727	4.632.400	7.568.335	8.098.119	8.503.025
Dívida Consolidada	51.445.883	82.662.900	78.426.689	76.831.676	103.024.027	104.612.871	106.538.912
(-) Deduções=Ativo disp- Restos a Pagar Proces.	66.550.793	4.039.100	23.858.618	25.731.520	27.532.726	29.460.017	30.933.018
Ativo Disponível	92.267.022	28.025.800	41.111.566	44.338.824	47.442.542	50.763.520	53.301.695
Restos a Pagar Processados	25.716.229	23.986.700	17.252.948	18.607.304	19.909.816	21.303.503	22.368.678

Dívida Consolidada Líquida	-15.104.910	78.623.800	54.568.071	51.100.156	75.491.301	75.152.854	75.605.894
Dívida Fiscal Líquida	-15.104.910	78.623.800	54.568.071	51.100.156	75.491.301	75.152.854	75.605.894
Resultado Nominal		93.728.710	-24.055.729	-3.467.915	24.391.145	-338.447	453.040

Anexo de Metas Fiscais							
Quadro III - Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00)							
Valores Médios do Exercício Atual em R\$ 1,00							
Discriminação	Exercício 2000	Exercício 2001	Exercício 2002	Exercício 2003	Exercício 2004	Exercício 2005	Exercício 2006
Receita Total (estimada no orçamento)		380.709.886	435.467.793	404.274.101	446.787.042	478.708.103	501.432.318
Despesa Total (fixada no orçamento)		380.709.886	435.467.793	404.274.101	446.787.042	478.708.103	501.432.318
Receita Total (realizada)		405.289.703	511.030.222				
(-) Aplicações Financeiras		1.373.720	4.154.833	1.746.373	1.905.730	2.041.886	2.138.814
(-) Operações de Crédito		0	1.611.711	1.011.860	1.104.192	1.183.082	1.239.243
(-) Receitas de Privatização							
= Receita Fiscal (I)		403.915.983	505.263.678	401.515.867	443.777.120	475.483.134	498.054.261
Despesa Total (realizada)		404.398.169	502.346.634				
(-) Amortização da Dívida		3.852.854	6.105.827	3.099.584	5.374.855	5.758.866	6.032.239
(-) Juros e encargos da Dívida		6.056.819	6.225.965	4.368.473	5.480.611	5.872.177	6.150.929
(-) Concessão de Empréstimos		0	0	0	0	0	0
(-) Títulos de capital já integralizados		0	0	0	0	0	0
= Despesa Fiscal (II)		394.488.496	490.014.842	396.806.044	435.931.576	467.077.059	489.249.151
Resultado Primário (I - II)		9.427.487	15.248.836	4.709.823	7.845.543	8.406.074	8.805.110
Dívida Consolidada	52.328.064	91.257.336	99.139.697	78.055.133	106.743.194	108.535.854	110.267.774
(-) Deduções=Ativo disp-Restos a Pagar Proces.	67.691.990	4.459.044	30.159.837	26.141.265	28.526.657	30.564.767	32.015.673
Ativo Disponível	93.849.194	30.939.634	51.969.403	45.044.869	49.155.217	52.667.152	55.167.255
Restos a Pagar Processados	26.157.205	26.480.590	21.809.566	18.903.605	20.628.560	22.102.384	23.151.582
Dívida Consolidada Líquida	-15.363.925	86.798.292	68.979.860	51.913.869	78.216.537	77.971.086	78.252.101
Dívida Fiscal Líquida	-15.363.925	86.798.292	68.979.860	51.913.869	78.216.537	77.971.086	78.252.101
Resultado Nominal		102.162.217	-17.818.432	-17.065.991	26.302.669	-245.451	281.014

Anexo de Metas Fiscais			
Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00)			
Valores Nominais em R\$ 1,00			
Discriminação	Exercício 2000	Exercício 2001	Exercício 2002

Patrimônio/Capital	232.064.434	342.744.594	409.744.818
Reservas	9.335	9.335	9.335
Resultado acumulado	(17.388.536)	(17.761.313)	(24.518.678)
Total do Patrimônio Líquido	214.685.233	324.992.616	385.235.475

Anexo de Metas Fiscais			
Quadro V - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00 )			
Valores Nominais em R\$ 1,00			
Detalhamento da Renúncia	Exercício 2004	Exercício 2005	Exercício 2006
Lei de incentivo a antecipação do pagamento em cota única anual do Imposto Predial Territorial e Urbano - IPTU, mediante desconto de 10% ( dez pontos percentuais)			
	1.854.000	1.947.000	2.044.000
Total	1.854.000	1.947.000	2.044.000
Detalhamento da compensação	Exercício 2004	Exercício 2005	Exercício 2006
A renúncia não afetará a meta fixada, uma vez que já foi considerada na estimativa de receita, e ainda este procedimento tornou-se histórico por mais de duas décadas.			
	1.854.000	1.947.000	2.044.000
Total	1.854.000	1.947.000	2.044.000

Anexo de Metas Fiscais			
Quadro VI - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00 )			
Valores Nominais em R\$ 1,00			
Detalhamento da Expansão	Exercício 2004	Exercício 2005	Exercício 2006
Construção e Manutenção dos Módulos de Médico de Família			
	768.304	793.658	819.849
Construção e Manutenção de Creches e Escolas			
	30.990	32.013	33.613
Preenchimento de cargos	213.418	220.461	227.736
Transporte Eficiente	314.791	325.179	335.910
Total	1.327.503	1.371.311	1.417.108
Detalhamento da compensação	Exercício 2003	Exercício 2004	Exercício 2005
Redução permanente de despesa, com base no resultado primário positivo	1.327.503	1.371.311	1.417.108
Total	1.327.503	1.371.311	1.417.108

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

**Riscos Fiscais e Providências (art. 4º, § 3º da LC 101/00)**

DETALHAMENTO E PROVIDÊNCIAS
<p>O equilíbrio das contas públicas é o princípio que se evidencia a cada elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>É o exercício de se adequar despesas tornando-as compatíveis com a receita prevista, identificando-se a priori os riscos que tais números estarão sujeitos no exato momento da elaboração da peça orçamentária.</p> <p>De fato, o comportamento da receita e da despesa estará sempre sujeito a desvios durante a execução orçamentária. Podemos considerar, como exemplo, a frustração de parte da arrecadação de algum imposto em consequência de fatos novos não previstos na fase da programação orçamentária.</p> <p>Importante citar que a flutuação cambial é fator relevante quando esta questão é avaliada. Tanto a receita pode sofrer de certa forma uma retração, decorrente dos reflexos no desempenho das atividades econômicas, quanto a despesa, principalmente, no tocante aos encargos da dívida, tem um crescimento proporcional a elevação cambial.</p> <p>Todavia a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 9º, obrigou a Administração Pública a realizar a avaliação bimestral das receitas, compatibilizando a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais previstas. Acrescente-se, ainda, que o mesmo artigo permite que as variações negativas na execução orçamentária possam ser corrigidas no decorrer do exercício financeiro, compensando-se as quedas de arrecadação com a redução das despesas.</p> <p>Outro fator a ser considerado como risco, são os chamados passivos contingentes decorrentes de fatores imprevisíveis, como processos judiciais a serem julgados. Dentre os processos acima citados devemos considerar, prioritariamente, aqueles relativos ao INSS. Caso venha a ocorrer no período decisão desfavorável para o Município é, no momento, impraticável quantificar tal dispêndio visto que, o valor principal da causa pode ou não ser acrescido de juros e correções.</p> <p>Ainda assim, existe a possibilidade concreta de ser concedido parcelamento do possível débito prolatado em sentença, cuja liquidação, sem dúvida, irá diferir do valor inicial da causa.</p> <p>Importante se faz ressaltar, que as ações com sentenças definitivas estão consideradas com precatórios, estando tais despesas previstas no orçamento.</p>

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

METODOLOGIA DE CÁLCULO
<p><b>QUADRO II</b></p> <p>A receita estimada para o exercício financeiro do ano de 2004 é da ordem de R\$431.220.000,00 que corresponde a um crescimento de 6,9% em relação ao ano de 2003. Para os anos de 2005 e 2006 estimamos aumentos de 7% e 5% em comparação com os anos de 2004 e 2005</p>

respectivamente. Em relação às aplicações financeiras os mesmos índices percentuais foram adotados.

Quanto as operações de crédito e amortização de empréstimos seria, de certa forma, desaconselhável que adotássemos outros índices diferentes daqueles praticados nas projeções já citadas.

Outros fatores que devem ser tratados com as cautelas necessárias são aqueles referentes a amortização da dívida, juros e encargos da dívida. Notamos que durante o exercício financeiro de 2002 tais valores superaram a previsão do ano de 2003. Isto é decorrente da flutuação cambial que incide diretamente sobre tais contas e torna a previsão, de certa forma, passível de correções.

Mesmo assim, estabelecemos para o ano de 2004 o critério de corrigir os valores liquidados em 2002 em 7,4%. Para os anos de 2005 e 2006 corrigimos em 7% e 5% em relação aos anos de 2004 e 2005. Tais projeções tem por princípio básico estabelecer um Resultado Primário exequível por se tratar de valores que demonstram o interesse da administração em manter um equilíbrio, comparando-se os anos de 2003 / 2004 / 2005 / 2006.

### **QUADRO III**

Nas projeções efetuadas neste quadro foram atualizados os valores dos exercícios de 2000 / 2001 / 2002 utilizando-se o IGP-DI dos respectivos anos.

Para o ano de 2003 adotamos como correção a média aritmética do IGP-DI dos meses de janeiro e fevereiro corrente.

Para os anos de 2004 / 2005 / 2006 mantivemos os percentuais de correção de 3,61; 3,75; 3,5 conforme o anexo de metas fiscais previsto para o ano de 2003.

### **Portarias**

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, ALESSANDRO ANDRADE JUNQUEIRA do cargo de Assistente A, CC-2, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1407/2003).

Considera exonerada, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, CLERIS FARIA PEREIRA do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1408/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, ALMIR DOS SANTOS LAUREANO do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1409/2003).

Considera exonerada, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, KARLA BARRETO DE CASTRO NOVO do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1410/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, WANDERLEY DE SOUZA do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1411/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, SEVERINO DA COSTA MENDES do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1412/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, MARIO DE SOUZA GUEDES PINTO FILHO do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1413/2003).

Considera exonerada, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, IZABEL DA COSTA ALVIM do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1414/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, ANTONIO JORGE GUIMARÃES ALVES do cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1415/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, JOSÉ MAURO NUNES LOPES do cargo de Assistente C, CC-4, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1416/2003).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01 de julho de 2003, PAULO ROBERTO QUARESMA PIMENTEL do cargo de Assistente C, CC-4, da Secretaria Municipal de Educação (Portaria nº 1417/2003).

Considera nomeada, a contar de 01 de julho de 2003, ADENEIA DA CUNHA COSTA para o cargo de Assistente C, CC-4, da Secretaria Municipal de Educação, em vaga decorrente da exoneração de José Mauro Nunes Lopes (Portaria nº 1418/2003).

Considera nomeada, a contar de 01 de julho de 2003, LUANA BRAGA CLOPER para o cargo de Assistente C, CC-4, da Secretaria Municipal de Educação, em vaga decorrente da exoneração de Paulo Roberto Quaresma Pimentel (Portaria nº 1419/2003).

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Ato do Secretário**

#### **Portaria**

Lota, a contar de 01.6.2003, Alexandre Perlingeiro Guisa Conceição, Agente Administrativo, nível 05, matrícula 229632-5, na Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle Urbano, ref. proc. 20/2950/2003 (Portaria nº 133/2003).

#### **Despachos do Secretário**

Proc. 20/1225/2003 - Convite nº 031/2003

Adjudico o serviço à firma: Telecomunicações Engenry Ita Ltda., no valor mensal de R\$ 2.916,00, totalizando R\$34.992,00 para os doze meses de vigência do contrato de acordo com inciso VI do artigo 43 da Lei 8666/93 e suas alterações.

Abono refeição - Deferido

20/3081/2003 - Carlos Alberto Silva da Costa

Auxílio transporte - Deferido

20/2928/2003 - Valdenir Pereira Rosa

20/3082/2003 - Carlos Alberto Silva da Costa

#### **Departamento de Recursos Humanos**

##### **Despachos da Diretora**

Adicional automático - Deferido

20/2581/2003 - Rosane Siqueira Pinto

20/2526/2003 - José Carlos Fontes Quaresma



20/2542/2003 - Dionisio José do Nascimento  
 20/2512/2003 - Roberto Salles Pereira dos Santos  
 20/2576/2003 - Luiz Claudio Guimarães da Costa  
 20/1840/2003 - Paulo Fernando Torres Costa  
 20/2528/2003 - Rosa Maria de Cassia Balthar Gomes  
 20/2521/2003 - José Carlos Pinto  
 20/2530/2003 - Luiz Carlos Ramos  
 20/2517/2003 - Diones Secker Nascimento  
 20/2790/2003 - José Carlos Paes Carvalho  
 20/2513/2003 - Carlos Antonio Leite  
 20/1829/2003 - Alberto Carlos da Fonseca Ferreira  
 20/2577/2003 - Marilene Moreira Pimentel  
 20/1242/2003 - Martins Antunes Quintanilha

Comissão de Inquérito Administrativo

Portaria 130/03 - Proc. 200/5632/03

Edital de Citação

Citado: Rogério Casemiro da Silva, matrícula 435478-3

Assunto: apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art. 195, da Lei nº 531/85; Prazo: 20 (vinte) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 08 (oito) dias; Fundamentação legal: art. 247 c/c o § 2º do art. 241, da Lei nº 531/85; Vista dos autos: sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba nº 987, 5º andar; Horário: 09:00 às 16:30h.

#### **Fixação de Proventos**

Fixados, com validade a contar de 17.8.2002, os proventos do servidor Miguel de Abreu Silva, matrícula 214260-2, aposentado pela Portaria nº 1804/2001, de 16.8.2001, ref. proc. 20/1473/2001.

Fixados, com validade a contar de 08.6.2001, os proventos do servidor Adauto Monteiro, matrícula 223069-6, aposentado pela Portaria nº 1625/2001, de 07.6.2001, ref. proc. 20/0443/2001.

Fixados, com validade a contar de 02.01.2002, os proventos da servidora Cely Campos Gonçalves de Oliveira, matrícula 220037-6, aposentada pela Portaria nº 2355/2001, de 28.12.2001, ref. proc. 20/2752/2001.

Fixados, com validade a contar de 02.01.2002, os proventos do servidor Mauricio Marcolino da Silva, matrícula 217355-7, aposentado pela Portaria nº 2357/2001, de 28.12.2001, ref. proc. 20/2940/2001.

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

##### **Edital de Cancelamento**

O Subsecretário de Tributação usando das atribuições que lhe conferem Resolve:

Cancelar a certidão de quitação nº 075525, referente ao imóvel situado à Estrada Francisco da Cruz Nunes nº 11771 - casa 15 em Itaipu, inscrito nesta municipalidade sob o nº 152360-4, em virtude da mesma ter sido quitada até a cota 06/2003, quando o correto seria a quitação até a cota 04/2003.

#### **Superintendência de Fiscalização Tributária**

##### **Despachos da Superintendente**

Proc. 30/60295/03 - Lumasa Restaurante Ltda. - Julgo improcedente a impugnação, mantendo o Auto de Infração.

30/60957 e 60958/03 - Pedro Mello Operadora Ltda. - Julgo procedente em parte, a impugnação, cancelando parcialmente o Auto de Infração.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA**  
**Despachos do Secretário**

Liberação de mercadorias - Indeferido.

130/300/2003 - Carlos Lessa

130/302/2003 - Carlos Roberto de Souza

**RESOLUÇÃO Nº 003/03**

O Secretário Municipal de Segurança no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 1832, de 05 de junho de 2001, Resolve:

Autorizar aos ambulantes constantes da Resolução nº 002/03, publicada no D.O. de 02.7.03, a comparecerem na sede da Secretaria Municipal de Segurança, nos dias e horários abaixo discriminados, para receberem os boletos de pagamento referente ao ano de 2003, ocasião em que receberão as Normas Complementares que regulam a atividade.

Data	Horário	Letras iniciais do Nome
08-julho-03	09:00 às 16:00h	A,B,C,D,E,F,G,H,I,J,K,L
09-julho-03	09:00 às 16:00h	M,N,O,P,R,S,T,U,V,W,X,Y,Z

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Atos do Presidente

Nomear Flavia Fasciotti Macedo Azevedo, cargo Psicólogo, nível 1.2 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 1780/00, tendo em vista sua aprovação e classificação no II Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2000, obedecendo ao resultado final publicado em 22 de junho de 2000. ( Port. 358/03 ).

Nomear Luciana Freitas Siqueira Mendes, cargo Psicólogo, nível 1.2 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 1780/00, tendo em vista sua aprovação e classificação no II Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2000, obedecendo ao resultado final publicado em 22 de junho de 2000. (Port. 359/03 ).

Nomear Renata Abeya, cargo de Tocoginecologista, nível 1.2 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 1780/00, tendo em vista sua aprovação e classificação no II Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2000, obedecendo ao resultado final publicado em 22 de junho de 2000.( Port. 360/03 ).

Nomear Anna Angélica Costa Custodio Ambrosio, cargo de Médico Pediatra, nível 1.2 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 1780/00, tendo em vista sua aprovação e classificação no II Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2000, obedecendo ao resultado final publicado em 22 de junho de 2000. (Port. 361/03 ).

Nomear Jurema de Souza Magalhães, cargo Agente Operacional de Serviço de Saúde, nível 3.2 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado

em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 362/03 ).

Nomear Marcos Teixeira Pereira, cargo Agente Operacional de Serviço de Saúde, nível 3.2 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. ( Port. 363/03 ).

Nomear Roberta Aranha de Almeida, cargo Agente de Saúde, nível 3.1 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. (Port. 364/03 ).

Nomear Soraia Gomes Ferreira, cargo Agente de Saúde, nível 3.1 C, do Quadro Permanente da Fundação Municipal de Saúde, criado pela Lei nº 905/90, tendo em vista sua aprovação e classificação no III Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde, realizado em 2002, obedecendo ao resultado final publicado em 26 de março de 2002. ( Port. 365/03).

#### **Coordenadoria de Recursos Humanos**

##### **Edital de Citação :**

Citado : Viviane Bruno da Silva; Assunto: Concluir processo de exoneração nº 200/5393/2003; Prazo: 10 ( dez) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 03 (três) dias; Fundamentação Legal: Conforme dispõe o artigo 84 da lei nº 531/85, MT NR 04, portarias nº 33 de 27/10/83, nº 11 de 17/09/90, nº 01 de 12/05/95, nº 09 de 21/05/96, MT NR 07, portaria nº 24 de 29/12/94, nº 08 de 08/05/98, MT NR 09 e portarias nº 25 de 29/12/94; Comparecer a Rua Visconde de Sepetiba, 987/ 9º Andar – Centro- Niterói /Rj, na CORHU; Horário: 11:00 horas às 17:00 horas.

##### **Edital de Citação:**

Citado: Marcia de Giovanni Pache de Faria; Assunto: Concluir processo de exoneração nº 200/5957/2003; Prazo: 10 ( dez) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 03 (três) dias; Fundamentação Legal: Conforme dispõe o artigo 84 da lei nº 531/85, MT NR 04, portarias nº 33 de 27/10/83, nº 11 de 17/09/90, nº 01 de 12/05/95, nº 09 de 21/05/96, MT NR 07, portaria nº 24 de 29/12/94, nº 08 de 08/05/98, MT NR 09 e portarias nº 25 de 29/12/94; Comparecer a Rua Visconde de Sepetiba, 987/ 9º Andar – Centro- Niterói /Rj, na CORHU; Horário: 11:00 horas às 17:00 horas.

##### **Edital de Citação:**

Citado: Maria Marta Albes Barbosa; Assunto: Concluir processo de exoneração nº 200/5331/2003; Prazo: 10 ( dez) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 03 (três) dias; Fundamentação Legal: Conforme dispõe o artigo 84 da lei nº 531/85, MT NR 04, portarias nº 33 de 27/10/83, nº 11 de 17/09/90, nº 01 de 12/05/95, nº 09 de 21/05/96, MT NR 07, portaria nº 24 de 29/12/94, nº 08 de 08/05/98, MT NR 09 e portarias nº 25 de 29/12/94; Comparecer a Rua Visconde de

Sepetiba, 987/ 9º Andar – Centro- Niterói /RJ; na CORHU;  
Horário: 11:00 horas às 17:00 horas.

Adicional Tempo de Serviço ( Deferidos )

200/03124/2003- Inezelane Nacif Tiengo

200/06475/2003- Rachel Castro Faria C. de Olivas

Licença Prêmio ( Deferido )

200/02595/2003- Sandra Goulart Monteiro- 03 (três ) meses,  
de 01/08/2003 à 29/10/2003 ( Port. 183/03 )

Salário Família ( Indeferido )

200/06066/2003- Ruy Justo Carneiro Cutrim Junior

Secretaria Municipal de Saúde  
Coordenadoria Municipal de Serviços Funerários

#### EDITAL

O Chefe do Cemitério Maruí, torna público que, tendo terminado o período de 24/06 à 30/06/00, das sepulturas abaixo, devem os interessados requerer a exumação ou reforma, sob pena de proceder-se à exumação “EX-OFÍCIO”. Sendo os ossos recolhidos ao ossuário geral.

Gavetas:615- Nilton da Silva Machado- 4645- Alvaro Alexandre de Oliveira- 4637- Pedro Costa- 2977- Luci Pereira- 816- Maria da Conceição de Azevedo- 1170- Francisca Luisa da Mota ( 24:06:00 ) - 804- Miguel Silva- 2121- Percilio Antonio Ribeiro- 990- Jorge Alves de Freitas- 1350- Eunice Leão Ferreira- 1017- José Tenório de Souza (25:06:00 )-499-Marcio Pacheco da Silva -669-Aristoteles Ligira-2848- José Lucas Evangelista- 1119- Albertino da Silva Torres-3395- Mauro Jorio (26.06.00)- 471- Nadir Rosario Francisco de Paulo - 2356- Anderson de Medeiros Sampaio (27:06:00 ) -2949- Fabio Luciano Gonçalves de Souza ( 28:06:00 )- 3603- Luiz Claudio Bento Maranhão- 1659- Lucia Cabral Teixeira- 4592- Jorge Seixas Sant’anna- 1864- Uma Mulher (29:06:00 )- 4432- Arnor Ferreira- 2870- Rubem Pereira da Silva Filho- 3374- Gilberto Rodrigues de Souza- 649- Maria José da Conceição ( 30:06:00 ).

Gavetas da Quadra B: 265- Hilda de Mattos Brandão (25:06:00 )- 751- Luciano de Souza Gomes ( 26:06:00 )- 509- Orlando Pereira Barcelos- 470- Jorge Manoel Motta da Silva Fougo ( 29:06:00 ) .

Carneiro da Quadra F: 3943- José Dias dos Santos(28:06:00).

Carneiros da Quadra G: 801- Luiz Jeronimo dos Santos- 739- Roberto da Conceição dos Santos-789- Clecio José dos Santos (25.06.00)-226- Alexim Minervina de Jesus- 257- Geraldo Pereira-192- Maria Luiza Salles Ferreira- 600- Dublin Lima Pinheiro(26.06.00)- 556- Helcio Coutinho Neto (27.06.00)-682- Joil Garcia da Rosa (28.06.00)-519- Alex Veloso Gusmão (29.06.00).

#### EDITAL

O Chefe do Cemitério de São Francisco Xavier, torna público que, tendo terminado o prazo de “ Inumação”, no período de 01/06/00 à 30/06/00, das sepulturas abaixo, relacionadas ,devem os interessados requerer a Exumação ou Reforma, sob pena de proceder-se à exumação “EX-OFÍCIO”., sendo os restos mortais guardados por um prazo de 05 dias e recolhido ao ossuário geral.

Covas Rasas de Adulto: nº 498- Ilson, em 08/06/00 à 08/06/03; nº 587- Elza Marinho de Souza, em 08/06/00 à 08/06/03; nº 76- Rosalina Revelles Raposo, em 09/06/00 à 09/06/03; nº 550- Henrique Mendonça, em 10/06/00 à 10/06/03; nº 616- Cacilda de Oliveira E. S. Assis Ricardo, em 19/06/00 à 19/06/03.; nº 133- João Eufrazio de Oliveira, em 23/06/00, em 23/06/03; nº 548- Alberto Bialet Lafrida, em 24/06/00 à 24/06/03.

Catacumba de Adulto: nº 417- Antonio Carlos da Paixão Gomes, em 26/06/00 à 26/06/03.

## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

### **EXTRATO N.º 91/2003**

Instrumento: Termo de Doação, Aceitação e Recebimento n.º 91/2003; Partes: Município de Niterói e o Sr. Vinícius Dimas Maciel; Objeto: Doação ao Município de um veículo marca Volkswagen, modelo Gol Special, ano de fabricação 2003; Fundamento: Código Civil Brasileiro, arts. 538, 541, 548 e 549; despachos contidos no processo nº 080/2221/03; Data Da Assinatura: 09 de junho de 2003.

### **EXTRATO N.º 93/2003**

Instrumento: Termo de Doação, Aceitação e Recebimento n.º 93/2003; Partes: Município de Niterói e a Construtora Fernandes Maciel Ltda.; Objeto: Doação ao Município de um veículo marca Volkswagen, modelo Gol Special, ano de fabricação 2003; Fundamento: Código Civil Brasileiro, arts. 538, 541, 548 e 549; despachos contidos no processo nº 80/2221/03; Data da Assinatura: 09 de junho de 2003.

### **EXTRATO N.º 95/2003**

Instrumento: Termo de Doação, Aceitação e Recebimento n.º 95/2003; Partes: Município de Niterói e a R. G. Côrtes Engenharia S/A.; Objeto: Doação ao Município de um veículo marca Volkswagen, modelo Gol Special, ano de fabricação 2003; Fundamento: Código Civil Brasileiro, arts. 538, 541, 548 e 549; despachos contidos no processo nº 080/2221/03; Data da Assinatura: 09 de junho de 2003.

### **EXTRATO N.º 96/2003**

Instrumento: Termo de Doação, Aceitação e Recebimento n.º 96/2003; Partes: Município de Niterói e a R. G. Côrtes Engenharia S/A.; Objeto: Doação ao Município de um veículo marca Volkswagen, modelo Gol Special, ano de fabricação 2003; Fundamento: Código Civil Brasileiro, arts. 538, 541, 548 e 549; despachos contidos no processo nº 080/2221/03; Data da Assinatura: 09 de junho de 2003.

## **EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA**

### **HOMOLOGAÇÃO**

Homologo a presente licitação por Convite nº 19/03, objetivando o fornecimento de Cartuchos para impressoras, adjudicando o fornecimento às Firmas: Discovery Dat Comercial Ltda, Item 22, pelo valor global de R\$ 441,00; HÁ 2001 Technology And Training Ltda, Itens 03/04/15/18 e 21, pelo valor global de R\$ 6.588,00; Riomídia Informática Ltda, Itens 10/12/13/16 e 17, pelo valor global de R\$ 16.943,25; A.A Távora Material para Escritório Ltda, Itens 05/06/08 e 19, pelo valor global de R\$ 2.742,00 e VICPEL Distribuidora de

Papelaria e Informática Ltda, Itens 01/02/07/09/11/14 e 20, pelo valor global de R\$ 8.504,12. Proc. nº 3085/03. Em, 04/07/03

Homologo a presente licitação por Convite/Cose nº 13/03, objetivando a execução das obras e/ou serviços de REFORMA na parte elétrica da Secretaria de Integração, Cidadania e Promoção Social, adjudicando a execução dos serviços a Firma, Faraó Construções e Manutenção Ltda, pelo valor global de R\$ 25.889,51. Proc. 510/3917/02-FR. Em, 03/07/03.

Homologo a presente licitação por Convite/Cose nº 14/03, objetivando a execução das obras e/ou serviços de Recuperação total da Iluminação Pública, seguindo o projeto original da PRAÇA das Águas, situada no início da Avenida Ernani do Amaral Peixoto, adjudicando os serviços a Firma, Faraó Construções e Manutenção Ltda, pelo valor global de R\$ 32.579,18. Proc. 2603/03. Em, 03/07/03.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 0001/ 03

Partes: Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA e Associação Beneficente dos Moradores do Morro da Boa Vista. Objeto: Obras e manutenção na circunscrição da Associação, na Rua Silveira da Mota – Boa Vista – Niterói – RJ – Prazo: 03 Meses. Valor: R\$ 35.806,58, Processo nº 3751/2003.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 0002/ 03

Partes: Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA e Associação de Moradores do Maceió E Adjacências; Objeto: Obras e manutenção na circunscrição da Associação, na Rua do Colégio – Maceió – Niterói – RJ – Prazo: 03 meses; Valor: R\$ 135.654,84; Processo nº 3751/2003.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 0003/ 03

Partes: Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA e Associação de Moradores do Morro do Preventório; Objeto: Obras e manutenção na circunscrição da Associação, na Travessa Bela Vista – Morro do Preventório – Niterói – RJ – Prazo: 03 meses; Valor: R\$ 46.779,17, Processo nº 3751/2003.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 0004/ 03

Partes: Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA e Associação de Moradores e Amigos da Riodades; Objeto: Obras e manutenção na circunscrição da Associação, na Rua Dr. Chiquito – Fonseca – Niterói – RJ – Prazo: 03 meses. Valor: R\$ 28.733,37 Processo nº 3751/2003.